Universidades Lusíada

Rapaz, Virgílio José, 1942-

Meio milénio de “utopia” : economia na “utopia” e utopia na economia

http://hdl.handle.net/11067/3416
https://doi.org/10.34628/2k0z-n005

Metadados

Data de Publicação	2016
Palavras Chave	Utopias, More, Thomas, 1478-1535 - Crítica e interpretação
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FCEE] LEE, n. 21 (2016)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T21:31:31Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

MEIO MILÉNIO DE "UTOPIA":
ECONOMIA NA "UTOPIA" E UTOPIA NA ECONOMIA

Virgílio Rapaz
Universidade Lusíada, Lisboa

1. Meio Milénio de "Utopia"

Em 1516, Thomas More (1478 -1535) publicou, em latim, "*Utopia ou a melhor forma de governo*", enriquecendo o léxico com a cunhagem do termo "*utopia*", baseado no grego (que ele tanto defendeu), significando "*não-lugar*", "*sem lugar*", "*lugar inexistente*", "*nenhures*", assim designando uma ilha (como a Grã-Bretanha) imaginária, habitada por uma comunidade ideal, dotada de um Governo, organizado da melhor maneira para dar a felicidade ao povo, vivendo em perfeitas condições.

Todavia, alguns autores, como Nascimento (2009 a,b) e Eco (2015), aceitam que, atendendo à assonância, à ambiguidade fonética, o "u" inicial possa ser um "eu" grego, caso em que o "*não-lugar*" passaria a ser um "*lugar bom*", "*um lugar feliz*", "*um lugar óptimo*". Hipótese, aliás, reforçada, pelo conteúdo da chamada "*Sextilha de Anemólio*", incluída na edição referenciada, que antevê a passagem da designação "*Utopia*" para "*Eutopia*" (More, 1516, Pg. 207). Eco (2015, Pg. 305)) vai mesmo mais longe, ao defender que o autor "*queria justamente jogar com essa ambiguidade, dado que toma como modelo positivo um país inexistente*".

Inspirada pela "*República*" de Platão, a "*Utopia*" teve um enorme sucesso na época, em linha com o elevado prestígio de que gozava o seu autor, figura central do Humanismo britânico, amigo de Erasmo, reconhecido como pujante intelectual na Europa do seu tempo.

A "*Utopia*" é uma obra constituída por dois livros, tendo o segundo, a sua parte positiva, sido escrito antes da parte negativa, o Livro I, que descreve a Inglaterra contemporânea, endereçando-lhe críticas muito fortes - políticas, sociais e económicas. Em conjunto, há um confronto entre a melhor forma de governo, existente na remota Utopia, com a realidade dolorosa do seu país e da Europa cristã em geral. Cronologicamente, parte do dever ser para o que é; tipograficamente, segue a abordagem oposta.

Esta postura activa de dissensão acentuou-se com a crescente centralização do poder em Henrique VIII. Por razões político-religiosas, More demitiu-se do seu cargo de Chanceler do Reino. Mais tarde, com o reforço das divergências, foi encarcerado, julgado e - mantendo-se firme nas suas convicções e princípios[1] - decapitado. A Igreja Católica canonizou-o em 1935 (quarto centenário da sua execução).

[1] Um verdadeiro "*Man for all seasons*", título da peça de Robert Bolt, (1960), adaptada ao cinema, com assinalável êxito, comercial e artístico, por Fred Zinneman (1966).

A "*Utopia*" influenciou a concepção de numerosas obras, entre elas as conhecidas "*La Città del Sole*" (Campanella, 1602) e "*New Atlantis*" (Bacon, 1627). Mais recentemente, são claras as dívidas, com destaque, num registo distópico, para as celebradas "*Brave New World*" (Huxley, 1932) e "*1984*" (Orwell, 1949).[2]

O texto de More pode ser invocado como um tributo do seu autor aos Portugueses da epopeia dos descobrimentos. O Narrador, visitante e estudioso da longínqua e insular[3] Utopia, é um navegador "*português*" (More, 1516,Pg. 232), Rafael[4] Hitlodeu, que regressa à Europa em "*caravelas portuguesas*" (More, 1516 Pg. 233). A obra documenta, assim, o papel dos nossos antepassados, reconhecido pela generalidade dos historiadores, no arranque do processo de globalização.

A "*Utopia*" é escassamente mencionada nos principais manuais universitários dedicados à história do pensamento económico. Por exemplo, textos de língua inglesa, como Blaugh (2002), Brue (2000) e Ekelund e Hébert (2007) são totalmente omissos. Contrariamente, em historiadores franceses, talvez mais receptivos às contribuições humanistas, como Denis (2000) e Boncoe e Thouement (2009), a obra e o seu autor são amplamente citados, merecendo mesmo, no primeiro caso, todo um capítulo, consagrado a "*Mercantilismo e Utopia*" (embora sem concretizar ligação entre os dois temas), com desenvolvimento intitulado "*O Comunismo de Moro e de Campanella*".

Se a "*Utopia*" tivesse sido mais acolhida, que poderíamos esperar encontrar? Uma resposta a esta questão é dada, no que imediatamente se segue: "*Economia na "Utopia""*. Depois, o artigo debruça-se sobre uma abordagem univocamente oposta: "*Utopia em Economia*". A concluir, apresenta algumas "*Reflexões finais*".

Note-se, porém, que não nos move qualquer intenção de taxinomia das utopias, qualquer ambição de dissecar o conceito ou de o inovar, por exemplo em termos ideológicos, com preocupações de sociologia do conhecimento, como em Mannheim (1929): estamos apenas interessados na "Utopia" de More. Acresce, ainda, que o conteúdo desta efeméride não visa, em nenhuma das suas partes, a análise das questões políticas, sociais, militares, familiares, religiosas ou linguísticas[5], envolvidas na organização da vida na Utopia, mas somente a observação crítica de aspectos económicos.

2. Economia na "Utopia"

O sistema económico vigente na elogiada Utopia é o comunismo, inspirado em Platão, entendido como a única via para combater o egoísmo na vida

[2] Munford (1922) examina uma lista, longa, de obras surgidas na esteira de More.
[3] Como sucede, frequentemente, nos textos utópicos.
[4] Nascimento (2009a, Pg.8)) sublinha que "*Rafael*" era o nome de uma das caravelas de Vasco da Gama na viagem para a Índia.
[5] A "*Utopia*" vem acompanhada pelo "*alfabeto dos Utopienses*" (More, 1516, Pg. 412). Exercício lúdico ou tentativa de reforço (simulado) de credibilidade?

privada e pública. Nas palavras de More (1516, Pg 282): "*em toda a parte em que há propriedade privada, em que todos medem tudo por dinheiro, dificilmente alguma vez aí se poderá chegar a promover a justiça de Estado ou a prosperidade"*; ou, ainda: *"o reino da propriedade privada e do dinheiro é incompatível com a felicidade*". É claro o afastamento do Autor em relação aos argumentos "políticos" de Aristóteles contra a colectivização.

Aliás, More vai mais longe que o seu percursor. Platão defendia um comunismo elitista extremado, abrangendo mesmo as relações familiares, mas permitia a existência de propriedade privada nas classes mais baixas. Na Utopia, a colectivização da propriedade era de aplicação generalizada[6] (6) envolvendo, por exemplo, expressamente a habitação: "*As próprias casas de dez em dez anos mudam de dono aleatoriamente* (More,1516,Pg. 298) . Ironicamente, com a sua canonização, terá encontrado no panteão católico outro São Tomás, este de Aquino, firme defensor da propriedade privada, testemunho, portanto, do ecumenismo das decisões sobre a elevação aos altares[7].

Se é clara a defesa da solução comunista, não é menos certo que More, à semelhança do seu ilustre mentor, não responde à pergunta fundamental que qualquer modelo económico operacional tem de se colocar: que produzir? O texto em observação não fornece qualquer indicação sobre esta questão central.

Outro tema importante: como produzir? A única resposta constante da "*Utopia*" consiste na informação de que seis horas de trabalho diário (More, 1516, Pg. 303) seriam suficientes para se obter os bens necessários para o sustento dos utopienses. Como chegou a tal resultado? Não encontramos qualquer sustentação dessa afirmação: dogma de fé em Homem de Igreja?

Para uma precisa apreciação deste requisito, nomeadamente no tocante ao confronto com as práticas actuais, há que averiguar a ocupação da população activa em termos mais dilatados, nomeadamente os dias de lazer, sobre os quais More nos dá "informação" adicional, permitindo concluir que, na Utopia, a jornada de trabalho estava muito abaixo do corrente na Europa de então, "o labor de sol a sol", mas cifrando-se em números comparáveis aos dos nossos dias nas sociedades mais avançadas.

Convém não esquecer, no entanto, que a economia do início do século XVI apresentava estruturas de consumo menos complexas e mais estáveis que as características presentes nos nossos dias. Acresce que a Utopia se guiava por preocupações de estabilidade demográfica: "*para que a cidade não perca habitantes ou para que não cresça desmedidamente, tomam-se precauções*" (More, 1516, Pg. 309), exemplificadas seguidamente no texto.

---

[6] Aduza-se que a abolição da propriedade privada assume, também, carácter instrumental na luta para livrar a Inglaterra da ladroagem (More, 1516, Pg.)

[7] Revelando abertura comparável, numa dimensão profana, à da atribuição do chamado Prémio Nobel da Economia, num mesmo ano (1974), a autores tão radicalmente opostos em termos de regime económico, como Hayek e Myrdal.

Finalmente, uma terceira questão fulcral do sistema económico: para quem produzir? Neste caso, More (1516) afirma concretamente: "*cada chefe de família vai buscar* (aos armazéns, onde são acumulados os produtos do trabalho) *o que necessita para si e para os seus, sem prestar qualquer contrapartida – quanto precisar, assim retira*" (Pg. 311)[8]. Renovada clara influência de Platão, aliás, expressamente reconhecida por More: "*todos os bens seriam repartidos por todos em pé de igualdade*" (Pg. 283). More releva, com destaque, a influência dos ideais do cristianismo na aceitação deste comunismo igualitário e, por exemplo, recorda, apoiado nos Evangelhos, que "*era do agrado de Cristo que os discípulos partilhassem os bens em comum*" (Pg. 390).

Em termos de oposição produção/repartição, como preocupação nuclear da Economia, que tanto viria a separar Ricardo de Malthus, More é mais detalhado em expor a distribuição do que existe do que em incrementar o produto, fundamentando, como ainda nos nossos dias, crítica liberal ao modelo socialista.

Independentemente da presunção de um comportamento social irrepreensível por parte dos utopienses (cuja discussão extravasaria das limitações deste artigo), note-se que Marx (1875) recorre a uma fórmula comparável. Ao debruçar-se, nas poucas linhas consagradas à organização económica da sociedade comunista, afirma, numa fórmula consagrada: "*De chacun selon ses capacités, à chacun selon ses besoins*. (Pg. 32). Eis-nos recaídos nas "necessidades morianas", com três séculos e meio de atraso.

More, repetidamente, defende a eliminação da moeda, na linha tradicional da matriz "republicana" de Platão. Também aqui ignora os ensinamentos de Aristóteles respeitantes à utilidade do dinheiro, no desempenho das funções monetárias "unidade de conta" e "meio de pagamento", quando, afinal, parece centrar as suas críticas nas consequências da acumulação monetária, isto é, no exercício da função "reserva de valor". Aliás, o próprio Aristóteles era crítico desta possibilidade, flagelando a "crematística", mas defendendo as vantagens do abandono de uma economia pré-monetária, nomeadamente em termos de aproveitamento das vantagens da especialização.

A posição de More e de outros autores utopistas é seguida pela solução marxista de pretender instaurar sociedades nas quais a organização da produção e da repartição dos bens e serviços seria feita em espécie, com dispensa da moeda. A propósito, é conhecida a crítica da escola austríaca: para além de incongruências teóricas na construção do edifício de Marx, o socialismo, quando renuncia a um sistema monetário, sofre de um irracionalismo de base, impossibilitando um adequado processo de escolha eficiente.

[8] More introduz como que um "rendimento básico/mínimo de inserção/garantido" ("*in natura*"), antecipando discussões dos nossos dias.

Em estreita ligação com a questão monetária, More também se debruça sobre o papel dos metais preciosos, em particular do ouro, no sistema utopiense. Antecipando a discussão de Smith (1776) sobre "*valor de uso*" e "*valor de troca*", retomada por Ricardo (1817), em singela homenagem, logo no seu primeiro parágrafo, More (1516, Pg. 321) aflora o conhecido "paradoxo do valor": "*ao ouro e à prata nenhuma utilidade lhes foi atribuída pela natureza, pelo que facilmente passaríamos sem eles se não fosse a estultice dos homens ao estabelecer um valor ao que é coisa rara*". E o texto prossegue, como, posteriormente, nos textos clássicos de Smith/Ricardo, com considerações sobre o valor do ar, da água…

Numa imagem forte, More (1516, Pg. 322) revela que, na Utopia, "*é com o ouro e com a prata que fabricam, um pouco por todo o lado, os urinóis e os vasos mais sórdidos*". A referência a urinóis de ouro aparece, frequentemente, associada a afirmações peremptórias de Lenine. De facto, em artigo por vezes baptizado de testamento, sobre o futuro do ouro após a vitória completa do socialismo, Lenine (1921) escreve: "*when we are victorious on a world scale I think we shall use gold for the purpose of building public lavatories in the streets*". Nesse texto, o autor não reconhece a influência de ideias vindas do passado, sendo certo que, segundo uma cronologia moriana (Nascimento, 2009 b, Pg. 173), Lenine terá, em 1918, colocado o nome de More, juntamente com o de Marx e alguns outros, em obelisco central em Moscovo. Apropriação colectiva dos meios de produção intelectual?

O narrador Rafael recupera a ideia da utilidade dos metais preciosos, num contexto da sua acumulação, em resultado da obtenção de excedentes comerciais nas relações da Utopia com o exterior. Segundo More (1516, Pg. 320), em caso de guerra, em princípio defensiva, as reservas de ouro e prata podem servir "*sobretudo para contratar mercenários*" ou "*comprar os próprios inimigos*". Deste modo, More utiliza argumentos utilizados mais tarde, nesse século e no seguinte, por nomes sonantes do mercantilismo, como Mun e Petty.

More critica, no Livro I, o movimento das "*vedações*" ("*enclosures*"), o processo de encerramento dos terrenos comunais pelos grandes proprietários, de que tinha conhecimento directo, por particularmente activo no período de congeminação da "*Utopia*". More foi dos primeiros autores a se pronunciar sobre as consequências sociais desse processo, que se veio a revelar como que uma condição prévia do arranque da revolução industrial, na medida em que permitiu aumentar a produtividade agrícola em geral, e a produção de lã em particular, para além de disponibilizar mão-de-obra, exigida pelas futuras fábricas. Nesse contexto, utiliza a imagem "*os rebanhos…devoram até os homens*", (More, 1516, Pg. 248), expressão associada, numerosas vezes, às críticas marxistas endereçadas ao sistema capitalismo nascente. Efectivamente, Marx (1867, Pg. 814) cita essa passagem, ao referir-se ao "*país singular, onde ovelhas devoram homens*": neste caso, eventuais questões de propriedade intelectual não lhe são imputáveis.

Para além de ter construído a palavra "*utopia*", More foi, também, o introdutor, segundo Schumpeter (1954, III, Pg. 304) do vocábulo oligopólio (do grego, mais uma vez). Com efeito, ele usa-o (Pg. 250), na acepção corrente: "*tudo caiu nas mãos de alguns*" …"*não se pode falar em monopólio das ovelhas, já que não é apenas um a vender, certamente existe um oligopólio*". Todavia, o conceito teve um longo período de eclipse, um longo interregno na sua utilização, dado o poder de monopólio do duopólio de Cournot (1838). Ainda repetindo o bem documentado Schumpeter (1954, III, Pg. 304), o termo reapareceu com Schlesinger (1914).

3. Utopia na Economia

Pode-se argumentar que preocupações utópicas têm estado presentes desde a definição inicial da Economia, na Grécia clássica. De facto, da "*administração da casa*", primeiro, à da "*cidade*", da "*polis*", depois, a busca de um sucesso, que não está presente na realidade, tem sido uma constante.

E com o desenvolvimento e utilização de ferramental analítico cada vez mais poderoso, recorre-se mais intensamente às técnicas de maximização, via contemporânea trilhada por numerosos autores, preocupados com a concretização de sociedades económicas, caracterizadas por estádios mais avançados de satisfação. Numa fórmula sintética: "*Progress is the realisation of Utopias*" (Wilde, 1891)[9].

Mas, ao falar-se em "*Utopia na Economia*", o estudioso da história do pensamento económico lembrar-se-á, facilmente, da controvérsia em torno dos "*socialistas utópicos*", caracterizada pela violenta acutilância de Marx em relação aos socialistas que o precederam, em particular Proudhon.

Esta posição não tem acolhimento generalizado. Por exemplo, Bailly e Outros (2008, Pg. 166) falam de "*constructeurs d'utopies*", a propósito das "*reconstructions sociétales*" de Owen, Fourier e Proudhon, os dois primeiros mais no domínio das realizações efectivas, o último, sobretudo, no plano das ideias.

Importa perspectivar este debate. Marx fora, durante longo tempo, admirador confesso de Proudhon, de quem, aliás, adoptara a expressão "*une exploitation de l'homme par l'homme*" (Proudhon, 1840, Pg. 77). Porém, Proudhon (1846) publica "*Philosophie de la Misère ou Système de Contradictions Économiques*", concebida, nas suas próprias palavras, como «*une critique générale de l'économie politique au point de vue des antinomies sociales*». E, neste contexto, assegura que «*l'économie politique a raison de dire au socialisme: vous n'êtes qu'une utopie sans realité ni application possible*».

Marx (1847) reagiu contundentemente num panfleto, com título revelador, "*Misère de la Philosophie*" (a de Proudhon, claro), cortando relações, embora

[9] Ideia desenvolvida pelo Nobel Gide (1935): "*Comme si tout grand progrès de l'humanité n'était pas dû à de l'utopie realisée ! Comme si la realité de demain ne devrait pas être faite de l'utopie d'hier et d'aujourd'hui*»

retendo o conceito de antinomia, de antagonismo, de contradição, como ideia força nos seus trabalhos posteriores. Entre estes, logo no ano seguinte, Marx e Engels (1848) classificam Saint-Simon, Owen e Fourier como "*socialistas utópicos*" enquanto que para Proudhon fica reservado o rótulo, inferior, de "*socialista conservador ou burguês*". Rapaz (2010) aprofunda o estudo das divergências entre Marx e Proudhon, nomeadamente ao analisar o confronto "*socialismo utópico e utopia socialista*" (Pg. 242), pelo que nos dispensaremos de repetir tais argumentos.

A utilização da expressão "*socialismo utópico*" tem, nos textos de Marx, conotação depreciativa se não mesmo pejorativa, equivalendo a "*imaginário*", "*fantasioso*", "*quimérico*", que há que distinguir, muito claramente, do seu próprio "*socialismo científico*". Os utópicos, em sentido marxista, apresentam uma crítica essencialmente moralista do capitalismo; Marx afirma proceder a uma análise científica, baseada na compreensão da verdadeira dinâmica da evolução do processo capitalista, ancorada na dialéctica hegeliana e no materialismo histórico.

Marx e Engels (1848) criticam o que entendem ser descrições fantásticas de sociedades futuristas, avançadas por alguns dos percursores censurados. É impossível descrever detalhadamente o seu funcionamento, antes da sua existência. Argumento, aliás, conveniente e cómodo para explicar as parcas antevisões facultadas por Marx acerca da caracterização da sociedade socialista/comunista que, inevitavelmente, no seu entender, substituirá o capitalismo.

As experiências falhadas de Owen na América e dos falanstérios de Fourier podem ser invocadas para se argumentar contra a viabilidade das propostas dos socialistas pré-marxistas. A dúvida sobre o êxito – ou mesmo a certeza sobre o seu insucesso – de iniciativas isoladas favorece a busca de soluções revolucionárias universalistas. Às insuficiências dos "*socialistas utópicos*", à sua falta de base sólida, responde Marx com o seu "*socialismo científico*", mas Proudhon (1865) não hesita em jogar no campo do seu adversário, reivindicando o carácter "*científico*" da sua própria abordagem (mesmo ao privilegiar uma sociedade anárquica) e devolvendo o epíteto de "*utópico*", por exemplo, ao tratar do comunismo: "*il n'a aucune chance de succès. Conception utopique, mort-née*" (Pg. 43).

Mas já antes desta querela de socialistas desavindos, o termo "*utopia*" fora utilizado na "*Riqueza das Nações*", em, pelo menos, duas ocasiões. Na primeira delas, pode ler-se: "*Esperar …que a liberdade de comércio seja alguma vez completamente restabelecida na Grã-Bretanha é tão absurdo como esperar que alguma vez aí se estabeleça uma Oceânia*[10] *ou Utopia*" (Smith, 1776, I, Pg.780). E quase no final, a propósito de uma eventual uniformização tributária no Império Britânico, comenta: "*Uma tal especulação pode … ser considerada como uma utopia, certamente menos divertida, mas mais útil e menos quimérica que a outra*" (Smith, 1776, II, Pg.662).

E, posteriormente, limitando-nos. a título ilustrativo a exemplos recolhidos nos dois primeiros laureados com o chamado Prémio Nobel da Economia, ambos, Frisch e Tinbergen, recorrem a fórmulas envolvendo o conceito em discussão.

[10] Referência a construção utópica, também insular, de Harrington (1656).

Frisch (1981), ao defender a sua dama, a Econometria, frisa, ostensivamente, logo no título, o contraste entre "*Utopian Theory*" e "*Practical Applications*". O excesso de zelo terá conduzido a questionável desvio epistemológico.

Por seu turno, Tinbergen (1952), numa manifestação de cerrada aproximação à realidade, sempre presente na sua carreira, defende que a eficácia em política económica exige que se renuncie a seis utopias: regimes puros, liberais ou estatizados, crença no papel das cooperativas, abolição da moeda (recorde-se considerações acima), igualização dos rendimentos, gratuidade de serviços.

4. Reflexões Finais

O vocábulo "*Utopia*", criado por More, passou de título de uma emblemática obra literária a termo comum, "*homenagem singular que poucos autores poderão ter merecido*" (Nascimento, 2009 a, Pg. 13).

Todavia, o novo nome sofreu uma acentuada evolução semântica, de tal modo que, com frequência, é entendido como sinónimo de "*ilusão*", "*quimera*", "*criação absurda da imaginação*" ou "*concepção impossível de ser realizada*".

O próprio More (1516), na derradeira frase da obra, não parece transmitir muito optimismo sobre a realização do sistema utópico, este surge mais como um desejo: "*Muitíssimas coisas há na terra da Utopia que gostaria de ver implantadas nas nossas cidades, em toda a verdade e não apenas em expectativa*" (Pg. 415).

Mas se há fundadas dúvidas em relação à concretização da Utopia moriana, não é menos certo que, em nosso entender, é aconselhável um decidido apoio a uma política de realização gradual de melhorias palpáveis, mesmo se parcelares. A este nível, devemos recusar qualquer postura de segundo óptimo, no sentido de Lipsey. Citando Kateb (1963, Pg. 5): "*the history of thought is witness to a succession of utopias*". Porém, tal não obsta a que se ignore que uma utopia realizada pode ser equivalente a uma petrificação das condições humanas: num mundo "perfeito" nada há a melhorar, qualquer inovação é inaceitável.

Posto isto, mesmo no domínio, mais estritamente económico em que nos movimentamos, defendemos que a noção de um ideal utópico, "*à la More*", deve sempre orientar a nossa acção, com toda a abertura, sem nunca deixar que se esgote a nossa capacidade de pensar o impensável.

Assim, subscrevemos a posição de Wilde (1891): "*A map of the world that does not include Utopia is not worth glancing at, for it leaves out the one country at which Humanity is always landing*".

Posfácio: Nota de Actualidade

Acrescenta-se, como singelo exercício literário, em estilo de divertimento mozartiano, uma Nota de Actualidade onde a Utopia pode ser invocada como referência.

Segundo More (1516), Útopo, herói epónimo, fundador da Utopia, decidiu "*rasgar um istmo por onde a terra ficava ligada ao continente, e assim fez com que o mar circundasse o território*" (Pg. 291).

A recente opção do eleitorado britânico, o "*Brexit*", pode ser visualizada como um processo no caminho de uma nova Utopia, ao aceitar-se a lista das vantagens avançadas pelos seus defensores.

O corte da actual ligação institucional ao continente remete para a decisão de Útopo: para os crentes, o "*Brexit*" equivale a um "*regresso à Utopia*".

Referências

BACON, Francis (1627), *New Atlantis, A worke unfinished*, Londres, William Rawley

BAILLY, Jean-Luc e Outros (2008), *Histoire de la pensée économique*, Rosny, Bréal.

BLAUGH, Mark (2002), *Economic Theory in Retrospect*, 5ª. Edição, Cambridge, Cambridge University Press.

BONCOE, Jean e Hervé THOUEMENT (2009), *Histoire des idées économiques de Platon à Marx*, 3ª. Edição, Paris, Armand Colin.

BRUE, Stanley (2000), *The Evolution of Economic Thought*, 6ª. Edição, Orlando, FL, Harcourt.

CAMPANELLA, Tommaso (1602), *Città del Sole, manuscrito, versão latina Civitas Solis Idea Republicae Philosophica*, (1623), Francoforte, Tampach.

COURNOT, Antoine-Augustin (1838), *Recherches sur les Principes Mathématiques de la Théorie des Richesses*, Paris, J. Vrin.

DENIS, Henri (2000), *História do Pensamento Económico*, 8ª. Edição Lisboa, Livros Horizonte,

ECO, Umberto (2015), *História das Terras e dos Lugares Lendários*, Lisboa, Gradiva.

EKELUND, Robert e Robert HÉBERT (2007), *A History of Economic Thought and Method*, 5ª. Edição, Prospects Heights, IL, Waveland Press.

FRISCH, Ragnar (1981), *From Utopian Theory to Practical Applications: The Case of Econometrics*, The American Economic Review, Dezembro.

GIDE, André (1935), *Les nouvelles nourritures*, Paris, Gallimard.

HARRINGTON, James (1656), *The Commonwealth of Oceana*, Londres, Library of Alexandria.

HUXLEY, Aldous (1932), *Brave New World*, Londres, Chatto & Windus.

KATEB, George (1963), *Utopia and Its Enemies*, Londres, The Free Press of Glencoe.

LENINE, Vladimir (1921), *The importance of gold now and after the complete victory of socialism*, versão inglesa de texto publicado em "Pravda", 1921, 6 Novembro, Moscovo, Institute for Conjectural Research.

MANNHEIM, Karl (1929), *Ideologie und utopie*, Bona, Friedrich Cohen.

MARX, Karl (1847), *Misère de la Philosophie*, Edição electrónica, Jean-Marie Tremblay (2002), Chicoutimi, Cégep, Université du Quebec.

MARX, Karl (1867), *Das Kapital*, Volume I (citações no texto referem-se à versão portuguesa, O Capital (1997), Lisboa, Edições Avante!).

MARX, Karl (1875), *Critique du programme de Gotha* (1966), Paris, Éditions Sociales.

MARX, Karl e Friedrich ENGELS (1848), *Das Manifest der Kommunistischen Partei*, Londres, versão portuguesa, Manifesto do Partido Comunista (1977), Lisboa, Edições Avante!.

MORE, Thomas (1516), *De optimo reipublicae deque nova insula Utopia libellus*, Thierry Martens, Lovaina (citações no texto referem-se à versão portuguesa, UTOPIA ou a melhor forma de governo, 2ª. Edição revista (2009), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian).

MUNFORD, Lewis (1922), *The story of utopias*, Nova Iorque, Boni and Liveright.

NASCIMENTO, Aires (2009 a), *A Utopia de Moro ao alcance da mão*, em MORE (1516).

NASCIMENTO, Aires (2009 b), *Prolegómenos à leitura da Utopia Moriana*, em MORE (1516).

ORWELL, George (1949), *1984*, Londres, Secker & Warburg.

PROUDHON, Pierre-Joseph (1840), *Qu'est-ce que c'est la propriété ?ou recherches sur le principe du droit et du gouvernement*, Edição electrónica, Jean-Marie Tremblay (2002),Chicoutimi, Cégep , Université du Quebec.

PROUDHON, Pierre-Joseph (1846), *Philosophie de la Misère ou Système des Contradictions Économiques*, Paris/Genebra, Édition Rivière.

PROUDHON, Pierre-Joseph (1865), *Théorie de la Propriété*, Paris, L'Harmattan (1997).

RAPAZ, Virgílio (2010), *Pierre-Joseph Proudhon: bicentenário esquecido*, Economia & Empresa, nº. 10, Lisboa, Universidade Lusíada.

RICARDO, David (1817), *On the Principles of Political Economy and Taxation*, Londres, John Murray.

SCHLESINGER, Karl (1914), *Theorie der Geld- und Kreditwirtschaft*, Munique, Duncker und Humblot.

SCHUMPETER, Joseph (1954), *History of Economic Analysis*, Oxford, Oxford University Press (citações no texto referem-se à versão francesa, Histoire de l'analyse économique, (1983), Paris, Gallimard).

SMITH, Adam (1776), *An Inquiry into the Nature and the Causes of the Wealth of Nations*, Londres, Methuen and Co, Ltd. (citações no texto referem-se à versão portuguesa, Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações (1970), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian).

TINBERGEN, Jan (1952), *On the Theory of Economic Policy*, Amesterdão, North Holland Publishing Company.

WILDE, Oscar (1891), *The soul of man under socialism*, Londres, The Fortnightly Review/Oscar Wilde Archive.